

CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES REGENTES DO 1º AO 5º ANO, NO ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

CONTRIBUTION OF REGENT TEACHERS FROM THE 1ST TO THE 5TH YEAR, IN TEACHING LEARNING OF STUDENTS WITH DISABILITIES

Kassia Vargas Pereira¹

Édina Regina Baumer²

RESUMO: Este estudo apresenta as contribuições dos professores regentes de 1º ao 5º ano de uma escola municipal de São João do Sul, no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência. A partir do problema estabelecido foi realizada uma entrevista semiestruturada com quatro professoras as quais respondem aos objetivos específicos: identificar o número de alunos com deficiência; verificar como o professor conduz o ensino aprendizagem dos alunos com deficiência; apontar as estratégias avaliativas utilizadas pelo professor para os alunos com deficiência. Os dados foram coletados através de uma pesquisa de campo, em uma escola municipal de São João do Sul/SC, por meio de entrevista semiestruturada com quatro professoras regentes de turma. A abordagem foi qualitativa. O referencial teórico envolveu documentos legais e autores preocupados com a inclusão da pessoa com deficiência, na escola e na vida em geral. Destaca-se dentre as políticas públicas, a LDB n. 9.394/96 e o Estatuto da pessoa com deficiência, aprovado em 2015. A pesquisa revelou o quanto cada professora entrevistada está preocupada com a aprendizagem dos alunos com deficiência e como elas trabalham em prol do ensino dos alunos com deficiência, preocupadas não exclusivamente com o conteúdo que é cobrado, mas sim com seu desenvolvimento, de fazer com que aquelas crianças possam adquirir conhecimentos que possam ser úteis para a vida deles, aprendizado que realmente é importante para uma vida digna.

PALAVRAS CHAVE: Professora. Aluno com deficiência. Inclusão escolar.

ABSTRACT: This study presents the contributions of teachers from 1st to 5th grade of a school in São João do Sul city, in the teaching and learning process of students with deficiency. From the established problem, a semi-structured interview was conducted with four teachers who respond to the specific objectives: to identify the number of students with deficiency; verify how the teacher conducts the teaching learning of students with deficiencies; point out the evaluative strategies used by the teacher for students with

¹Graduada em Pedagogia Unesc. Kassia_vp95@hotmail.com

² Professora da Unesc Mestre em Educação. edinabaumer@gmail.com

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

disabilities. The theoretical framework involved legal documents and authors concerned with the inclusion of people with disabilities, in school and in life in general. It stands out among the public policies, the LDB n. 9,394 / 96 and the Disability Statute, approved in 2015. The survey revealed how much each teacher interviewed is concerned with the learning of students with disabilities and how they work to teach disabled students, not only concerned with content that is charged, but rather with their development, to enable those children to acquire knowledge that may be useful for their lives, learning that is really important for a decent life.

KEYWORDS: Teacher. Student with deficiency. School inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de compreender as contribuições do professor regente no ensino aprendizagem dos alunos com deficiência que se encontram nas escolas de Educação Básica, no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano.

Atualmente o número de alunos com deficiências em nossas escolas tem aumentado a cada ano. Essa integração do aluno com deficiência na escola regular é assegurada pela Lei Das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Artigo 59, com Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013 o qual determina:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996).

Como visto, a referida lei, entre outras ações para a inclusão escolar, prevê a capacitação de professores para a qualificação do ensino aprendizagem do aluno com deficiência. Ocorre que, como auxiliar de turma da rede municipal de São João do Sul/SC, constatei a disponibilização de segundos professores para alunos com laudos médico, mas sempre me questioneei o que o professor regente deveria fazer para que haja aprendizagem dos alunos com deficiência.

Dessa forma, o problema deste trabalho é: como os professores regentes de 1º ao 5º ano de uma escola municipal de São João do Sul/SC contribuem para o processo ensino aprendizagem dos alunos com deficiência? Este questionamento surgiu em meu estágio não obrigatório, no qual trabalhei como segunda professora de uma criança com deficiência e sempre me questionava sobre a contribuição do professor regente na aprendizagem desta criança sendo que a mesma tem uma segunda professora para auxiliá-la.

O objetivo geral deste estudo é compreender as contribuições dos professores regentes de 1º ao 5º ano de uma escola municipal de São João do Sul, no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência. E como objetivos específicos: identificar o número de alunos com deficiência; verificar como o professor conduz o ensino aprendizagem dos alunos com deficiência; apontar as estratégias avaliativas utilizadas pelo professor para os alunos com deficiência.

Por meio do estudo de documentos norteadores da educação e também de referenciais teóricos, vemos que é necessário que o professor tenha um planejamento flexível, para adaptar à realidade de cada aluno com deficiência. O professor deverá pensar em aulas que o aluno com deficiência possa participar na maior parte das atividades e não entregar a ele uma atividade que não tenha relação com o conteúdo proposto. Ao planejar suas aulas, o educador precisa de um olhar para as necessidades individuais de cada aluno. Afinal, cada aluno tem suas diferenças e precisa ser atendido conforme suas possibilidades.

Por isso os educadores têm necessidade de formação continuada e principalmente conhecimento sobre crianças com deficiência, para que assim, possam contribuir na aprendizagem desses alunos.

2 A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

A nomenclatura deficiência não é nada recente, pois desde que existe a raça humana existem as pessoas com deficiências, porém, eram vistas como um problema para a sociedade, não tinham direitos, eram menosprezadas e desvalorizadas. Com o passar dos tempos essa realidade foi mudando, pelo empenho da sociedade como um todo e de grupos que defendiam a causa dos direitos das pessoas com deficiência.

Em 2008, com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, é considerado pessoa com deficiência.

Aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2008, p.14).

A inclusão pode ter início já mesmo na educação infantil, onde a criança tem seu primeiro ingresso no meio escolar. Essa é uma etapa fundamental para o desenvolvimento das crianças com deficiência, pois neste momento é primordial o professor trabalhar o lúdico, brincadeiras, jogos, para a sua interação e seu desenvolvimento. Na educação básica é de extrema importância o professor incentivar seus alunos, apoiar e ampliar o seu conhecimento dentro das características de cada um.

2.1 Direito de aprender

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) consente que todos – independentemente da situação dos familiares, da sua idade, gênero, raça, religião, deficiência e condições de desenvolvimento – tem garantido os seus direitos fundamentais e “[...] todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.” (BRASIL, 1990, art 3º).

No entanto, diversos profissionais da educação ainda não estão aptos para trabalhar com crianças com deficiência, muitos não têm uma especialização na área da educação especial. O pedagogo tende que estar preparado para colaborar no ensino aprendizagem destes alunos e para integrá-lo aos demais da escola. O Decreto Legislativo 186/ 2008, no Art. 24 afirma que,

A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência. (BRASIL, 2008).

É essencial que o professor obtenha conhecimentos prévios sobre as deficiências dos seus alunos, pois só assim ele poderá conduzir as aulas de forma interativa e inclusiva. O professor poderá levar algumas estratégias para sala de aula como vídeos, relatos, filmes, com crianças que tenham deficiências semelhantes àqueles presentes na escola, para que assim todos tornem as relações na escola em uma convivência natural, sem preconceitos.

Destaca-se a Lei nº 1305 de 20 de dezembro de 2017, do município de São João do Sul, que revela preocupação com a inclusão, pois colocou em seu texto, recortes da LDB, contendo um capítulo de educação especial e um sobre o AEE.

Segundo Carvalho (2008), a escola deve refletir sobre como tornar-se um espaço inclusivo.

O espaço educacional escolar será inclusivo, não apenas pela presença física dos sujeitos, como alunos e alunas; muito menos se sua intencionalidade educativa estiver centrada no rendimento, no conteúdo curricular, ou em atividades de aprendizagem que não considerem as diferenças individuais porque assumem uma abordagem homogeneizadora. (CARVALHO, 2008, p.97).

A escola é um espaço no qual todos tem o direito de aprender, independentemente de ter deficiências ou não. Porém, a escola só é inclusiva em sua íntegra se estabelece acessibilidade para todos. Se a escola tem rampas de acesso, tem banheiros adaptados, piso tátil para cegos, enfim, adaptações para receber todas as crianças.

Carvalho (2008), comenta sobre os espaços comuns internos da escola, que, para ser um espaço inclusivo para todos, precisa ir além dos espaços físicos com acessibilidade. O aluno com deficiência precisa ser visto no Projeto Político Pedagógico da escola em sua integralidade, propondo também adaptações curriculares para que assim ocorra uma inclusão. Sendo assim assegurado pela Resolução 2016 CEE/SC nº 100:

Art. 3º As escolas de educação básica do Sistema Estadual de Ensino devem prever em seu Projeto Político Pedagógico os recursos de acessibilidade ao currículo escolar, cabendo aos professores do Atendimento Educacional Especializado a responsabilidade pela orientação técnica e pedagógica necessárias à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem.

A referida resolução, que foi homologada em 13 de dezembro de 2016, determina ainda, em seu artigo 6º, que “[...] As Escolas da Rede Pública e Privada do Sistema de Ensino de Santa Catarina têm até 90 dias para realizarem as devidas atualizações em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) [...]” (SANTA CATARINA, 2016). Valorizando assim a importância das práticas pedagógicas, para que sejam repensadas em sua íntegra, visando a adequação das características de cada indivíduo para que assim todos possam participar ativamente em suas práticas.

Em 2015 foi criado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei 13.146/2015 “[...] destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015).

Assim vemos que a pessoa com deficiência deve ter seus direitos assegurados, sendo inseridos em sua singularidade na sociedade e nesse sentido é essencial que a instituição escolar elabore projetos de integração dos alunos, para que assim todos possam se sentir acolhidos. A escola pode ser um meio de possibilidades ou limitações para os alunos com deficiência, podendo auxiliá-lo para alcançar seus objetivos, dar oportunidades, desenvolver habilidades, ou então limitá-los de diversas oportunidades, tornando uma criança com baixa autoestima e ocorrendo a evasão escolar, por falta dessas possibilidades.

Segundo a Lei 13.146/15, no Art. 28, é dever do poder público proporcionar, entre outras ações, o planejamento de estudos de caso e elaborar planos de atendimento especializado para as crianças com deficiência. Além disso, propor materiais, jogos, tecnologias, recursos para o desenvolvimento da pessoa com deficiência. E no artigo 27, determina que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades

físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidade de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Nessa direção, em Santa Catarina os alunos matriculados em ensino regular devem ter apoio de profissionais qualificados para cada deficiência, conforme a Resolução nº100/2016. Já é regulamentado por lei que os chamados segundos professores devem ter capacitação em educação especial, ou LIBRAS para os alunos surdos e até mesmo um professor bilíngue para aqueles alunos que não tem nacionalidade brasileira, mesmo assim são moradores do Brasil. As pesquisas feitas pelo Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina 09/2018, mostram “o número de profissionais contratados pelo Estado de Santa Catarina: 5.365 Segundos Professores; 197 Professores Bilíngues; 179 Intérpretes da Libras; 767 Professores do AEE.” Esse número de profissionais foi levantado pela Secretaria de Estado da Educação no mês de março de 2019 e pode ser visto como uma evolução para a sociedade do Estado de Santa Catarina, pois até no ano de 2005 não havia uma lei, que garantia os segundos professores nestas áreas de ensino, para auxiliar as crianças com deficiência. Atualmente temos em vigor a Lei 17.134 de 8 de maio de 2017, que determina que o aluno com deficiência tem o direito do Atendimento Educacional Especializado e Atendimento em Classe, garantindo assim o atendimento de profissionais na área para o melhor desenvolvimento do aluno com deficiência.

Mesmo com a presença de segundos professores na escola, este estudo pergunta sobre a contribuição do professor regente na aprendizagem do aluno com deficiência.

2.2 Proposta pedagógica do professor regente para alunos com deficiência

A proposta pedagógica para crianças com deficiência não deve ser rígida e sim mais flexível, pois não existe uma fórmula para aprender, mas diversas formas que podem ser utilizadas para que a criança aprenda, podendo assim o educador trazer uma diversidade em seu planejamento. Carvalho (2008) comenta que:

O planejamento, indispensável, deve ser o indutor das ações pedagógicas a serem exercidas, sem as características de uma camisa-de-força que engessa o professor, tornando-o uma espécie de escravo do seu plano de aula. Há que considerar os fatos e fenômenos que caracterizam cada dia de trabalho como exigências para que se

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

façam ajustes no que foi planejado. Devemos ter a capacidade de fazer modificações, em atenção às relações dos alunos, que servem para indicar os próximos passos. (CARVALHO, 2008, p.64).

O planejamento feito pelo professor tem de ser discutido com o segundo professor, para que os dois possam fazer um trabalho educativo de acordo com as possibilidades do aluno com deficiência.

Os professores têm que dar possibilidades para os alunos com deficiência, pois ainda existe profissionais que simplesmente não acreditam no potencial de seus alunos, limitando assim sua possibilidade de aprender. Infelizmente ainda podemos encontrar professores que entregam um simples desenho xerocado para o aluno colorir, sendo que o mesmo poderá ter potencial para expandir o seu desenvolvimento muito mais que um desenho xerocado. Mas não é só uma questão de potencial, é também uma questão de direito do aluno: o aluno com deficiência tem direito de aprender e nesse sentido existem algumas atribuições para os professores regentes de turma, com relação aos alunos com deficiência, conforme a Política de Educação Especial. Entre essas atribuições:

III - planejar e organizar atividades, atendendo às especificidades dos estudantes, contando com o apoio do Segundo Professor de Turma; IV - participar das assessorias pedagógicas realizadas pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do seu estudante. (BRASIL, 2018, p. 42).

Não se deve banalizar o conhecimento prévio do aluno e sim acreditar em seu potencial e possibilitar a ele conhecimentos novos. É interessante o educador levar para a sala de aula elementos que façam os alunos ter interesse no que ele está propondo. Para um planejamento ter sucesso o professor necessita conhecer a realidade de seus alunos, para assim elaborar seu plano de aula conforme a realidade onde ele está inserido.

Aqui, defende-se uma educação mais humanitária e mais justa, objetivando uma pedagogia centrada na criança. Baseada em suas habilidades, e não em suas deficiências, e que incorpore conceitos, colaboração e conscientização/sensibilização, facilitando, assim, a inserção dos alunos que apresentam necessidades especiais na escola, fazendo dessa “inclusão” uma experiência positiva para TODOS. (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003 P.119)

O professor tem de ficar atento em todos detalhes do aluno, pois as possibilidades dele estão desde as pequenas coisas. Em aulas dinâmicas os alunos conseguem melhor se expressar, demonstrar o que sabem. Trabalhos de grupos são uma ótima opção para que os alunos com deficiência possam interagir integralmente, pois mesmo que eles não participem das atividades, eles estão no meio, ouvindo e aprendendo.

2.3 A avaliação dos alunos com deficiência

Partindo do pressuposto de que a avaliação dos alunos – de todos os alunos e não só os alunos com deficiência – deve ser processual e contínua e não classificatória, entende-se que o professor deve considerar o processo de ensino aprendizagem do aluno durante todo tempo. Segundo Oliveira e Campos (2005, p. 53) a avaliação:

[...] deve se caracterizar como um instrumento capaz de estabelecer as condições de aprendizagem do aluno e sua relação com o ensino. Seus procedimentos devem permitir uma análise do desempenho pedagógico, oferecendo subsídios para o planejamento e a aplicação de novas estratégias de ensino que permitam alcançar o objetivo determinado pelo professor em cada conteúdo específico.

No entanto vale ressaltar que a avaliação para crianças com deficiência deve ser realizada de acordo com as suas características, priorizando e valorizando suas possibilidades.

É necessário que o educador observe a evolução do seu aluno, do seu desenvolvimento cognitivo e sua capacidade de resolver problemas do cotidiano. As crianças com deficiência não devem ser avaliadas quantitativamente apenas. Ao final de cada bimestre, trimestre ou semestre é importante realizar um parecer descritivo pelo professor regente ou pela equipe pedagógica, registrando suas progressões durante o tempo estimado, no seu processo ensino aprendizagem.

3 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O presente trabalho tem o intuito compreender as contribuições dos professores regentes de 1º ao 5º ano de uma escola municipal de São João do Sul/SC, no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência. Sendo assim caracteriza-se como uma Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

pesquisa de natureza básica, que “[...] tem como objetivo gerar conhecimento novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista.” (PINHEIRO, 2010, p. 19).

Desenvolve-se de forma qualitativa e descritiva, pois “[...] caracteriza-se pela tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentado pelos entrevistados, [...]” (PINHEIRO, 2010, p.21) e “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 2002, p. 42).

Os dados foram coletados através de uma pesquisa de campo, em uma escola municipal de São João do Sul/SC, por meio de entrevistas com quatro professoras regentes de turma. A entrevista, do tipo semiestruturada, apresentou alguns questionamentos como ponto de partida.

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVIÑOS, 1995, p.146).

A primeira pergunta da entrevista foi: ter um aluno com deficiência na sua turma altera sua forma de elaborar o planejamento? Das quatro professoras questionadas, três delas comentaram que sim, que a presença de um aluno com deficiência altera sua forma de elaborar o planejamento; e apenas uma respondeu que, não necessariamente altera seu planejamento. Segundo P2:

Sim, com certeza. Por que, não se pensa na turma somente, levar atividades iguais, e sim atividades diferenciadas, e não somente quando tem aluno com deficiência, mas quando tem aluno com dificuldade, o conteúdo tem que ficar aberto para que se possa o segundo professor fazer a adaptação de forma que não saia do contexto. Eu já trago o planejamento com ganchos, pensando no que ela vai fazer com ele. Ela que conclui a adaptação conforme para expectativa dela, de aprendizagem dele.

A resposta da participante P2 está de acordo com as atribuições dos professores de classe comum em relação aos estudantes público-alvo da educação especial, previstas na Política de Educação Especial: “II - Entregar cópia do planejamento para o Segundo Professor

de Turma; III - planejar e organizar atividades, atendendo às especificidades dos estudantes, contando com o apoio do Segundo Professor de Turma. ” (SANTA CATARINA, 2018, p.42).

Na segunda pergunta foi questionado qual o relacionamento que você, como professor regente, tem com o aluno com deficiência? Todas as professoras comentaram que elas têm uma relação muito boa com o aluno.

A participante P3, que tem em sua sala uma criança com transtorno de Déficit de atenção e hiperatividade com sintomatologia exacerbada, respondeu:

Na relação com meu aluno é ótima, até hoje, eu tava beijando ele, é ótima, eu entendo ele como aluno e ele me entende como professora, e principalmente a gente se dá bem assim nas atividades, ele me respeita, ele entende quando é para fazer as coisas e quando não é. E eu também consigo entender até onde ele vai, eu consigo tirar dele até onde ele consegue.

P2 ainda fala um pouco mais sobre a troca entre ela e a segunda professora, em relação a João, que é autista severo: “Temos uma relação muito boa, tem uma troca bem legal. Tem momento que é eu que estou com ele, tem momentos que é a segunda professora. Em todos sentidos, nas necessidades pedagógicas e básicas também, a gente sempre faz essa troca. ” Essa disponibilidade revelada por P2 e sua colega que atua como segunda professora, demonstra que a escola compreende e coloca em prática o que diz o artigo 28 do Estatuto da pessoa com deficiência, quando fala do Direito à Educação. O artigo prevê o “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços [...] que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; ” (BRASIL, 2015, art. 28, inciso II).

Em seguida perguntamos como é a avaliação dos alunos com deficiência? Nesta pergunta apareceram duas formas mais comuns de avaliação: provas e trabalhos, pois existe diferentes deficiências dos alunos, porém a maioria das entrevistadas comentou que fazem provas diferenciadas dos demais alunos.

Explica P1: “[...] a gente vai modificando as provas, tipo o que é importante ela saber. A gente pega os pontos, os picos que ela teria que aprender, não tudo, mas as coisas que seriam úteis para a vida dela, a gente consegue assim adaptar nesse sentido. ”

Segundo Carvalho (2008) a avaliação da aprendizagem deve-se ser baseada no percurso do estudante.

Valorizando-se a evolução de suas competências, de sua capacidade de resolver problemas e os seus progressos na organização do trabalho escolar e na participação na vida social da escola. Observa-se que, nesta sugestão, o aluno será analisado em termos de sua evolução frente aos objetos e não em comparação com os outros! (CARVALHO, 2008, p.70).

Complementa ainda P3 “As provas são diferenciadas, é feita o mínimo de questões, se tipo os demais é dez questões para ele é cinco, tudo assim tipo tópicos, eu procuro fazer tópicos que seja mais claro para ele entender, mas não fugindo dos assuntos.”

Algumas deficiências limitam as crianças de realizar algumas avaliações como provas e trabalhos. Para os alunos que não fazem os trabalhos nem as provas o sistema utilizado pela escola municipal de São João do Sul, pede que seja postado uma nota em seu boletim escolar, mas para apresentar o que a criança conseguiu evoluir são feitos pareceres descritivos pelas professoras. P1 explicou:

Com nota e parecer, eles têm nota. A (Joana)³ como ela não faz provas, a gente dá a média para ela, por que tem que constar no sistema, mas o laudo, o parecer descritivo é mais detalhado assim. (O Pedro e a Angélica) são com nota e parecer também, só que eles conseguem fazer prova, então a gente consegue ter mais ou menos uma média assim.

Já a entrevistada P2 disse:

A avaliação dele é descritiva, mas nós também procuramos uma avaliação que não fuja dos padrões, para que ele não seja diferente. Então nós usamos o mesmo método de avaliação, as perguntas que estão estipuladas nos conceitos, nós utilizamos de forma adaptada, adaptamos as perguntas que cabe a ele, então nós utilizamos a mesma avaliação acrescentando a parte descritiva.

Conforme a Lei nº 1305 de 20 de dezembro de 2005, que institui o Sistema Municipal de Ensino de São João do Sul, o método de avaliação deve ser do seguinte modo:

Art. 28 - A avaliação do rendimento escolar resulta da reflexão sobre os componentes do processo de ensino-aprendizagem, devendo: I - ser investigadora, diagnosticadora e emancipadora, concebendo a educação como a construção

³ Nome fictício.

histórica, singular e coletiva dos sujeitos; **II** - ser um processo permanente, contínuo e cumulativo, que respeite as características individuais e socioculturais dos sujeitos envolvidos; [...]. (SÃO JOÃO DO SUL, 2005).

Vemos então que as professoras regentes realizam os processos de avaliação de acordo com o que propõe a proposta pedagógica do sistema de ensino, considerando cada aluno em sua especificidade e trabalhando para contribuir com o seu desenvolvimento.

A quarta pergunta foi: como se dá a sua integração com a segunda professora? Essa resposta foi unânime, todas responderam que é muito boa.

Duas professoras comentaram um pouco como se dá a cooperação entre elas.

P2 comentou, “Maravilhosamente bem. Há uma troca bem legal, eu não tenho uma segunda professora, é só de nome por que nós somos ‘profes’ da turma e do João, em geral, não tem diferença.”

Embora a amizade e o bom relacionamento sejam importantes dentro do trabalho nas escolas, é preciso ressaltar que a segunda professora tem atribuições específicas e não se pode confundir que “não tem diferença” entre a professora regente e a segunda professora, como afirmou P2. Conforme o Núcleo de Educação Especial (2018),

Segundo Professor de Turma - oferece suporte e acompanhamento, nas classes regulares, ao processo de escolarização de estudantes com diagnóstico de deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista e/ou deficiência múltipla, que apresentem comprometimento significativo nas interações sociais e na funcionalidade acadêmica. Esse professor atenderá também estudantes com deficiência física, matriculados nesse espaço, os quais apresentem sérios comprometimentos motores e dependência em atividades de vida prática. (NEESP, 2018 p. 41)

E a participante P3 disse: “É maravilhosa. Ela traz umas ideias pra mim, a gente elabora, e assim ela sempre me procura o que eu vou dar, uma semana antes né, saber uma semana antes e se programar, e eu também.”

Conforme a Lei 17.134, DE 8 DE MAIO DE 2017, o professor titular e o segundo professor têm em conjunto a seguinte função como dito no, Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

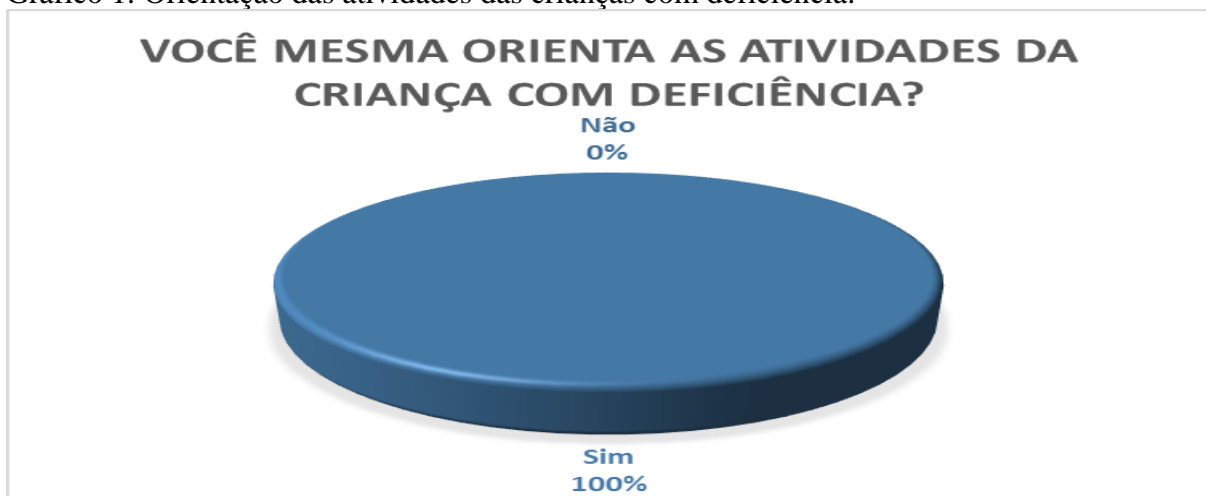
I - Segundo professor de turma: professor preferencialmente habilitado em educação especial. Tem a função, nos anos iniciais do ensino fundamental, e respectivas modalidades, na educação de jovens e adultos e na educação indígena.

Cada profissional tem seu dever com o meio escolar: o professor titular tem um dever a ser cumprido e o segundo professor tem a função “[...] de auxiliar na regência de classe, e propor conjunto ao professor titular procedimentos diferenciados para qualificar a prática pedagógica de todos os alunos.” (SANTA CATARINA, 2017, art. 4º). Em conjunto são cúmplices com a educação para todos.

Além das respostas discursivas da entrevista semiestruturada, apresento alguns dados em forma de gráficos, finalizando a pesquisa com cinco questões objetivas. O gráfico pode trazer uma melhor visualização das opiniões das professoras regentes.

3.1 Gráficos sobre perguntas fechadas

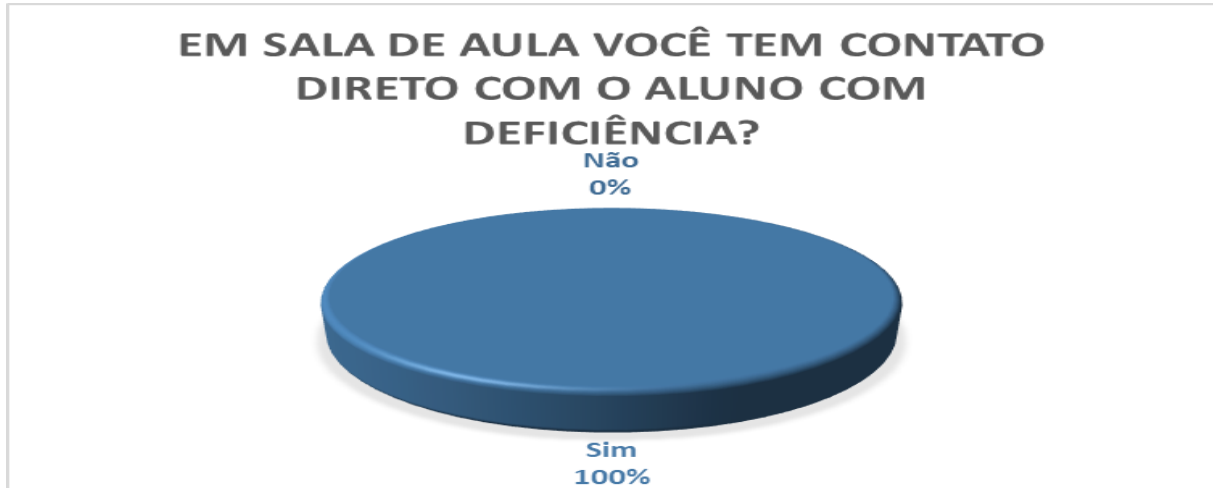
Gráfico 1. Orientação das atividades das crianças com deficiência.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Neste gráfico podemos observar que 100% das professoras entrevistadas orientam seus alunos com deficiência em suas atividades em sala de aula o que significa que elas contribuem de forma efetiva no processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

Gráfico 2. Contato direto com o aluno com deficiência.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

No gráfico acima todas as professoras comentaram que tem contato direto com o aluno com deficiência, que conversam com as crianças e realizam atividades juntos. O contato e as orientações são imprescindíveis para que os alunos aprendam, assim como o afeto nas relações pessoais.

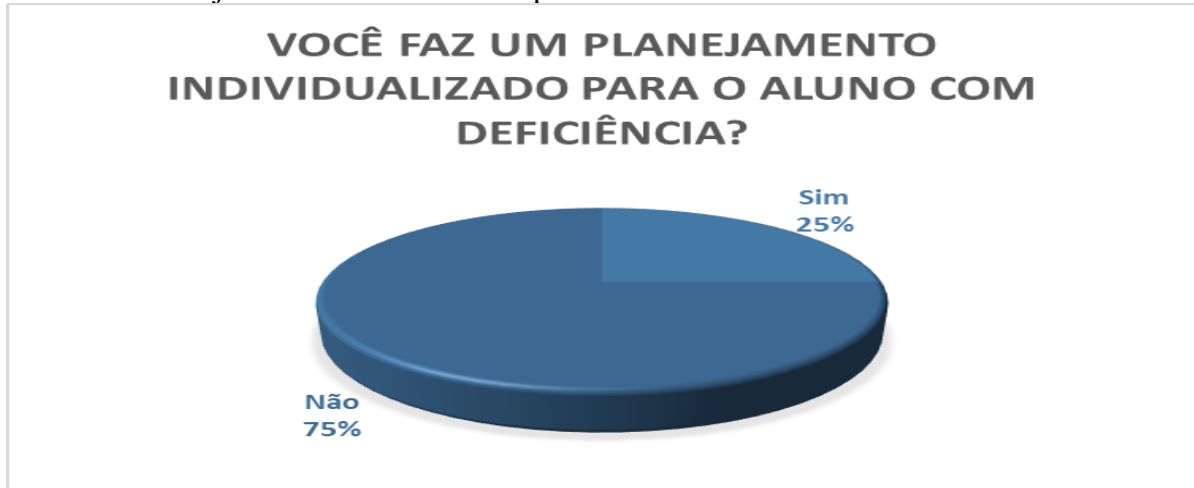
Gráfico 3. Afeto pelo aluno com deficiência.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na pergunta sobre afeto foi unânime: todas entrevistadas comentaram o carinho que tem pelo aluno com deficiência, a boa convivência que ambos tem.

Gráfico 4. Planejamento individualizado para o aluno com deficiência.

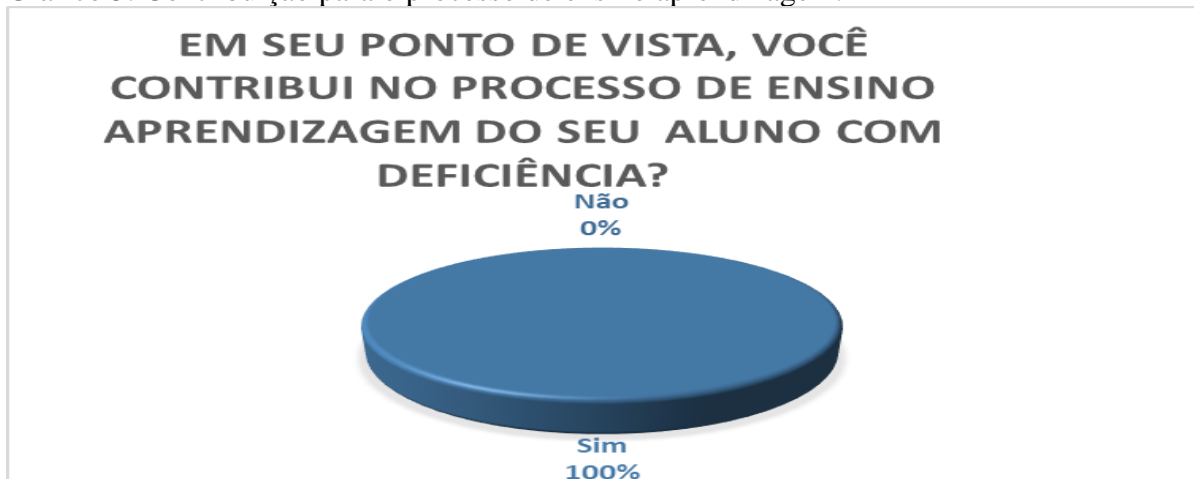


Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Neste gráfico pode-se observar que 25% das professoras entrevistadas faz um planejamento individualizado, diferente dos demais alunos: os outros 75% não fazem um planejamento individualizado.

Segundo Ferreira & Guimarães deve haver sim um planejamento individualizado, “Na escola inclusiva, deve haver planejamento individualizado e suporte psicoeducacional para o desenvolvimento de cada educando. Desta forma, ao invés de o aluno ir à sala de aula de recursos, a sala de recursos é que vai até ele, em sua classe regular.” (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p.118).

Gráfico 5. Contribuição para o processo de ensino aprendizagem.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC



No último gráfico sobre a contribuição do professor no processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência, todas entrevistadas afirmaram que contribuem sim neste processo.

Como foi observado os demais gráficos também demonstram esta contribuição visto que as professoras orientam os seus alunos com deficiência, tem contato direto com eles, em uma relação de afeto, mesmo que haja a segunda professora.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa denotou diversos pontos positivos principalmente no que se refere ao problema desta pesquisa: como os professores regentes de 1º ao 5º ano de uma escola municipal de São João do Sul/SC contribuem para o processo ensino aprendizagem dos alunos com deficiência? Na pesquisa de campo pude escutar relatos sobre o quanto cada professora entrevistada está preocupada com a aprendizagem dos alunos com deficiência, quando elas comentavam sobre seus planejamentos, da forma como elas trabalham em prol do ensino dos alunos com deficiência, preocupadas não exclusivamente com o conteúdo que é cobrado, mas sim com seu desenvolvimento, de fazer com que aquelas crianças possam adquirir conhecimentos que possam ser útil para a vida deles, aprendizado que realmente é importante para uma vida digna.

O objetivo geral deste estudo foi compreender as contribuições dos professores regentes de 1º ao 5º ano de uma escola municipal de São João do Sul, no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência. Nas perguntas semiestruturadas que realizei, foi visível esta compreensão das professoras regentes, pois além delas serem professoras da turma elas também são professoras dos alunos com deficiência, em nenhum momento elas deixam seus alunos com deficiência, de lado.

O estudo também atingiu os objetivos específicos: identificando o número de alunos com deficiência de 1º ao 5º ano que é de 7 crianças dos turnos matutino e vespertino. Também foi possível verificar como o professor conduz o ensino aprendizagem dos alunos com deficiência; neste objetivo pude observar quanto nas perguntas semiestruturadas quanto nas perguntas fechadas, o quanto as professoras são interessadas no desenvolvimento das

crianças com deficiência, quando elas comentam que mesmo tendo uma segunda professora dentro da sala de aula para auxiliá-las, elas não deixam de ir na classe do aluno para também ajudá-lo.

E o último objetivo específico alcançado foi apontar as estratégias avaliativas utilizadas pelo professor para os alunos com deficiência. Neste ponto todas as professoras comentaram que fazem trabalhos no qual integram o aluno com deficiência com os demais alunos; realizam provas modificadas no qual reduzem a quantidade de perguntas, trazendo o conteúdo proposto nas normas, mas de um modo com que o aluno possa compreender e usar em sua vida, e também todas elas usam pareceres descritivos, os quais demonstram o que a professora observou no desenvolvimento ou não, do aluno com deficiência, trazendo assim algo mais detalhado sobre cada aluno com suas peculiaridades.

Ao discorrer no processo desta pesquisa pude concluir o quanto esta escola municipal localizada em São João do Sul é preocupada com o ensino aprendizagem dos alunos com deficiência, o quanto os profissionais são empenhados para que o futuro dessas crianças seja promissor, que elas consigam evoluir.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Decreto nº 186, de 09 de julho de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial, Brasília, DF, 09 jul. 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em 28 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015:** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial, Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf. Acesso em 28 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em 28 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 28 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013:** altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 04 abr. 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em 20 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília – DF 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em 28 mai. 2019.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva:** a reorganização do trabalho pedagógico. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. 152 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002. 171 p.

GUIMARÃES, MARLY; FERREIRA, M.E.C. **Educação inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 158 p.

OLIVEIRA, A. A. S.; CAMPOS, T. E. **Avaliação em educação especial:** o ponto de vista do professor de alunos com deficiência, Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1222/1222.pdf>. Acesso em 5 set. de 2019.

PINHEIROS, J. M. S. **Da iniciação científica ao TCC uma abordagem para os cursos de tecnologia.** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2010.

SANTA CATARINA. GOVERNO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Política de Educação Especial do Estado de SC,** Santa Catarina, set. 2018. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/servicos/etapas-e-modalidades-de-ensino/16997-educacao-especial>. Acesso em 28 mai. 2019.

SANTA CATARINA. GOVERNO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Política de Educação Especial do Estado de SC,** Santa Catarina, set. 2018. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/educacao-especial-legislacao/7957-educacao-especial-em-numeros-marco-2019>. Acesso em 30 jun. 2019.

SANTA CATARINA. GOVERNO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Política de Educação Especial do Estado de SC,** Santa Catarina, set. 2018. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os>

[temas-que-os-compoem/7379-caderno-politica-de-educacao-especial-neesp](#). Acesso em 30 jun. 2019.

SANTA CATARINA. **Lei nº 17.134, de 8 de maio de 2017**. Dispõe sobre o Programa Pedagógico, no âmbito da Política de Educação Especial, no Estado de Santa Catarina. PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de maio de 2017. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17134_2017_lei.html. Acesso em 19 de ago. de 2019.

SANTA CATARINA. **Resolução CEE/SC nº 100, de 13 de dezembro de 2016**. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, em Florianópolis, 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/legislacao-downloads/educacao-basica/outras-modalidades-de-ensino/educacao-basica/educacao-basica-ensino-especial-resolucoes/1606-resolucao-2016-100-cee-sc/file>. Acesso em 05 de set. de 2019.

SÃO JOÃO DO SUL. **Lei nº 1305, de 20 de dezembro de 2005**. Institui o sistema municipal de ensino de São João do Sul e dá outras providências. São João do Sul- SC 2005.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1995. 175 p.